

**2023****XI Seminário Internacional sobre  
Desenvolvimento regional****Desenvolvimento Regional  
em tempos de emergência  
climática: desafios e  
oportunidades**Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil  
Dias 13, 14 e 15 de setembro de 2023  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
Universidade de Santa Cruz do SulREALIZAÇÃO:  
Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento  
RegionalUNISCPARCERIA:  
UNIVERSIDADE DE  
SANTA CRUZ DO SULPATROCÍNIO:  
CAPES

## **A TRANSFORMAÇÃO DE UMA CIDADE DO AGROEXTRATIVISMO PARA UMA CIDADE DE PORTE MÉDIO: O CASO DE COARI - AM**

**Michele Lins Aracaty e Siva**

Doutora em Desenvolvimento Regional e Docente do DEA (UFAM)

**Vlamir do Nascimento Seabra**

Doutor em Desenvolvimento Regional e Docente do IFAM

**Silvia Tavares Maia**

Mestre em ciência e tecnologia para recurso amazônicos (UFAM)

**Jaime Miguel Weber**

Doutorando em Desenvolvimento Regional (UNISC)

### **Resumo**

A Amazônia brasileira apresenta uma diversidade de interpretações. Neste artigo, abordar-se-á uma análise sobre o Município de Coari - AM, que se caracteriza por ter a produção de gás e petróleo em seu território, o que influencia na relação com os processos socioculturais e político-econômicos que se desenvolvem nele. Ao delimitar espacialmente esta pesquisa, nos referimos a um espaço-tempo-vivido marcado, sobretudo, por verticalidades e por processos de desenvolvimento exógenos que reforçam sua subalternidade e ampliam as desigualdades sociais. Temos o intuito de analisar as reconfigurações territoriais, rural e urbana, que ocorreram em Coari-AM a partir da implantação da indústria petrolífera. Para tanto, ancora-se epistemologicamente sobre a teoria dos territórios de Milton Santos e pesquisadores que tratam deste tema, como Rogério Haesbaert, Ruy Moreira, Bertha Becker, Arilson Favaretto e Eliseo Sposito, portanto, o conceito de território torna-se relevante. Para tanto, buscamos compreender e investigar como a indústria petrolífera afetou a constituição territorial, quais as variações espaciais que ocorreram no Município de Coari-AM e as reconfigurações do rural e urbano que transcorreram com a presença dos recursos dos royalties. Por fim, é incontestável que a exploração das riquezas no município ocasionou externalidades positivas e negativas, mas pouco se observa melhorias no cotidiano da população que não está diretamente vinculada à atividade de exploração de petróleo ou gás natural e não temos um plano de desenvolvimento regional de médio e longo prazo que possa dar sustentabilidade socioeconômica ao município após o fim da exploração da riqueza que é finita e não renovável.

**Palavras-chave:** Território. Agroextrativismo. Coari-AM, Royalties.

### **Introdução**

Neste artigo, apresentam-se as influências da exploração petrolífera no Município de Coari/AM, suas dinâmicas socioespaciais, bem como as repercussões da renda dos *royalties* do petróleo no território, em seus aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, envolvendo uma série de atores: os ribeirinhos, os mercados internacionais do petróleo, o comércio local, a população urbana e suas alterações socioespaciais.

Para realizar um estudo a partir de uma abordagem sobre desenvolvimento regional na perspectiva do território e da territorialidade humana, faz-se necessário entender como analiticamente este conceito foi sendo construído ao longo da história, reconhecendo de

2023

XI Seminário Internacional sobre  
**Desenvolvimento regional**

Desenvolvimento Regional  
em tempos de emergência  
climática: desafios e  
oportunidades



Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil  
Dias 13, 14 e 15 de setembro de 2023  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
Universidade de Santa Cruz do Sul

REALIZAÇÃO:  
Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento  
Regional

UNISC

PARCERIA:  
UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CRUZ DO SUL

PATROCÍNIO:  
CAPES

antemão que existem características fundamentais que acompanham esta construção epistemológica, que são: processos de apropriação e dominação do espaço, relações de poder, identidades simbólico-culturais, contradições/ desigualdades, diferenças/mudanças, permanências e redes de circulação, de comunicação, meio ambiente interno e externo ao homem.

A complexidade de se construir um conceito sobre território e territorialidades e alterações sócios espaciais, acontece em virtude da natureza teórico/concreta desta concepção, que apresenta alguns processos centrais: a) a relação espaço/tempo como movimentos inerentes à formação de cada território, ou seja, como processos históricos relacionais, transescalares, com redes e fluxos e fixos específicos; b) a relação ideia-matéria; c) as heterogeneidades; d) uma dialética do homem como ser social (indivíduo) e natural ao mesmo tempo (SAQUET, 2009).

Considerando a relevância da análise sobre as alterações territoriais que ocorreram em Coari-AM, após o início da exploração de petróleo, identifica-se como problema as seguintes questões: Quais os aspectos históricos que influenciaram na formação socioespacial do município de Coari-AM? Quais as dinâmicas socioeconômicas que a exploração petrolífera trouxe ao município de Coari? Como transcorreram as relações espaciais entre o rural e o urbano, no período pós-indústria petrolífera, no município de Coari-AM?

Dessa forma, apresentamos os aspectos históricos sobre a origem de Coari-AM. Em seguida, teremos as questões conceituais sobre a análise territorial e sócio espacial no municipal, que servem com embasamento teórico. No item subsequente, teremos os aspectos históricos da exploração petrolífera brasileira bem como as alterações territoriais decorrentes da exploração da atividade em Coari-AM.

Aponta-se alguns resultados da pesquisa de embasam a discussão acerca das alterações territoriais significativas em relação ao território, que proporcionaram a transformação de um município agroexportador em uma cidade de porte médio.

### **Aspectos históricos que influenciaram na formação territorial de Coari - AM**

Segundo Soler (2009), a sociedade Coariense é formada, na sua maioria, por ribeirinhos com pouca representatividade política, o chamado “Coronelismo de Barranco”<sup>1</sup> é um dos

---

<sup>1</sup>O primeiro autor a estudar o coronelismo no Brasil foi Victor Nunes Leal (1976), no seu clássico “Coronelismo, enxada e voto”, ele afirma que o termo coronel designava o chefe, o mandão, o grande senhor de terras, a base da organização da colônia. Depois dele alguns historiadores denominavam os coronéis de senhores feudais, pois eram eles que comandavam a família, a parentela, os escravos, os agregados, os capangas. Depois dele os pesquisadores Maria de Lourdes Janotti (1981), José Murilo de Carvalho (1997) e Maria Isaura Pereira de Queiroz estudaram o coronelismo que existia desde o Império, mas só se legitimou na República, quando houve uma

**2023****XI Seminário Internacional sobre  
Desenvolvimento regional****Desenvolvimento Regional  
em tempos de emergência  
climática: desafios e  
oportunidades**Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil  
Dias 13, 14 e 15 de setembro de 2023  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
Universidade de Santa Cruz do SulREALIZAÇÃO:  
Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento  
Regional

UNISC

PARCERIA:  
UNIVERSIDADE  
DE SANTA CRUZ DO SULPATROCÍNIO:  
CAPES

fatores importantes na sua constituição política. O sistema de coronelismo de barranco na Amazônia denomina o chefe, o mandão, o grande senhor de terras, a base da organização da colônia portuguesa. Alguns historiadores denominaram os coronéis de senhores feudais, pois eram eles que comandavam a família, a parentela, os escravos, os agregados, os capangas. No caso da Amazônia, eles eram o elo entre os seringais e as casas aviadoras, foram os responsáveis pela ligação da Província Central com as vilas, povoações e cidades. Coari não fugiu à regra. Segundo o Livro “Nunca mais Coari: a fuga dos Juramaguas” de Archipo Góes (2016), os dois grandes representantes deste modelo de política de Coronéis de Coari foram Alexandre Montoril e Deolindo Dantas.

Após a derrocada da exportação da borracha na década de 1930 até o início da década de 1980, as principais atividades econômicas do Município estavam concentradas no setor primário. Atualmente a maioria dos produtores está localizada em área de várzea, onde existe a produção agrícola de forma sazonal, dependendo das cheias e vazantes dos rios. Os produtores de terra firme são considerados os latifundiários, algo característico e situação comum na Amazônia. Nas terras firmes, cria-se gado e se exploram culturas anuais, nas áreas de várzea a produção é baseada em culturas de ciclo curto. Coari foi, nas décadas 1930 até 1980, um grande centro de coleta de castanha-do-pará, sendo este o principal produto extrativista do Município, além da coleta de pau-rosa, borracha, madeira de lei, malva, andiroba, sova, pirarucu, dentre outros.

A cultura da banana foi, na década de 1980 até meados da década de 1990, a cultura de maior expressão econômica, pois tinha um grande mercado consumidor, que era Manaus. No final da década de 1990, os bananais de Coari foram dizimados pela doença Sigatoka Negra, que entrou pela fronteira da Colômbia e Peru, destruindo a maior parte dos bananais (GASPAROTTO e PEREIRA, 2000).

Com a chegada da indústria petrolífera em Coari, a geração de emprego e renda no Município se concentrou na Prefeitura, segundo Soler:

Considerando que a população, em 2005, era de 84.309 habitantes, observa-se que era significativo o percentual de 8,5% de pessoas empregadas na

---

ampliação do papel desta figura na nova estrutura política. Segundo Leal (1976), o título de coronel passou a ser designado com a criação da Guarda Nacional que, por sua vez, foi criada pouco depois da Independência, a partir do dia 18 de agosto, em 1831, que tinha o objetivo de estreitar o laço entre o governo e o poder privado. A função da Guarda, de acordo com Janotti (1981), era coibir movimentos revolucionários da época. Após a extinção da Guarda Nacional, o uso desta alcunha permaneceu. Na Amazônia, mesmo sem título oficial, tornou-se costumeiro agregar o termo coronel ao nome dos proprietários de seringais. Todos eles passaram a ser chamados indistintamente de coronéis de barranco, assim como todos os aviadores (sujeitos que faziam o avião, ou seja, eram responsáveis pelo transporte dos produtos para os seringais) da região receberam o título de comendador, mesmo sem a comenda oficial.

2023

XI Seminário Internacional sobre  
**Desenvolvimento regional**

Desenvolvimento Regional  
em tempos de emergência  
climática: desafios e  
oportunidades



Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil  
Dias 13, 14 e 15 de setembro de 2023  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
Universidade de Santa Cruz do Sul

REALIZAÇÃO:  
Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento  
Regional

UNISC

PARCERIA:  
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PATROCÍNIO:  
CAPES

Prefeitura Municipal de Coari (7.000 servidores). Destes, apenas 473 pessoas haviam ingressado por meio de concurso público, ou seja, mais de 6.000 servidores não possuíam estabilidade em seu trabalho (SOLER, 2009, p. 5).

Essa dependência de emprego via Prefeitura torna este ente público o maior empregador, que usa deste poder econômico em benefício político. Para citar, na prática, como isso acontece, o atual prefeito (2019) é filho de um ex-prefeito que já tinha sido eleito por três mandatos, uma oligarquia política. Esse contexto político é bastante analisado pelos estudiosos da “Teoria das Elites”.

Explica-se, dessa forma, a fragilidade da participação política da sociedade coariense, que tem suas raízes históricas no modelo político vivenciado no Estado do Amazonas, no qual as decisões eram centralizadas em Manaus. Esse centralismo econômico fica evidente com a derrocada da borracha e o surgimento da Zona Franca de Manaus - ZFM. Tanto no período da exploração da borracha quanto no modelo ZFM, quase toda a economia estadual gira em torno de Manaus. O único município do Estado do Amazonas que, atualmente, não depende economicamente dos repasses estaduais é Coari.

### **A questão conceitual do território**

A complexidade de se construir um conceito sobre território e territorialidades acontece em virtude da natureza teórico/concreta dessa concepção, que apresenta alguns processos centrais: a) a relação espaço/tempo como movimentos inerentes à formação de cada território, ou seja, como processos históricos relacionais, transescalares, com redes e fluxos e fixos específicos; b) a relação ideia-matéria; c) as heterogeneidades; d) uma dialética do homem como ser social (indivíduo) e natural ao mesmo tempo (SAQUET, 2009).

O conceito de formação socioespacial está orientado para entender como um determinado modo de produção se realiza concretamente em contextos diversos com uma diversidade de formações sociais. Para tanto, Santos (1977, p. 87) afirma que “[...] os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada [...]” e, nesta perspectiva, “[...] formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção”, ou melhor, seriam uma linguagem do resultado concreto entre o contato do modo de produção e da formação social preexistente. Santos (1999, p. 6) ressalta que “[...] modos de produção e espaço geográfico evoluem juntos, movidos pela mesma lógica unitária”. No entanto, apesar desta lógica unitária “[...] a cada novo modo de produção (ou a cada novo momento do mesmo modo de produção) mudam a estrutura e o funcionamento do espaço” (SANTOS, 1977, p. 87).

No seu livro “Metamorfoses do espaço habitado” (1988), o autor retoma as questões da

**2023****XI Seminário Internacional sobre  
Desenvolvimento regional****Desenvolvimento Regional  
em tempos de emergência  
climática: desafios e  
oportunidades**Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil  
Dias 13, 14 e 15 de setembro de 2023  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
Universidade de Santa Cruz do SulREALIZAÇÃO:  
**UNISC**PARCERIA:  
PATROCÍNIO:  

atuação dos agentes do capital e do Estado nas transformações históricas que ocorrem no espaço, reconhecendo na política, na cultura e natureza, relações específicas de determinadas espacialidades. O espaço é uma realidade relacional, envolvendo a natureza e a sociedade mediadas pelo trabalho (energia), técnicas, tecnologias. O trabalho é a mediação da relação sociedade e natureza, na qual há objetos naturais e objetos sociais em constante movimento. Dessa forma, o espaço habitado se apresenta com uma diversidade de formas, através da urbanização, hierarquias, fixos e fluxos (Santos, 1988). É somente por meio do trabalho que as técnicas ganham centralidade em sua argumentação; o homem é o sujeito, as técnicas, a mediação e o espaço é um produto histórico da dialética que caracteriza o movimento do espaço como a relação entre interno e externo; novo e velho; Estado e mercado (SAQUET, 2009, p. 77).

Dessa forma, o espaço tem uma forte dimensão política, que está contida na sua construção concreta, entre os seus habitantes, gerando um processo de contradição, que, necessariamente, não é antagônico, de alteridade-centralidade, unidade-diversidade, hegemonia-heterogenia e identidade-diferença, a depender da natureza social da sociedade que se viva (MOREIRA, 2010).

A construção do espaço sob a perspectiva histórico-dialética diferencial possibilita a construção de um espaço que apresente as desigualdades a partir de uma base natural e social (BESSA, 2010). A análise socioespacial deve considerar o território como uma construção social e, por sua vez, inseparável das territorialidades, ou seja, como define Mesquita (1995, p. 83) que a entende “como projeção de nossa identidade sobre o território”. Nesse sentido, o território é diferente da configuração territorial, do espaço e da paisagem (SANTOS, 1988). Segundo Claude Raffestin (1993, p. 143), o território “se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível”.

Essa apropriação do espaço que produziu mudanças significativas no território de Coari, tanto na matriz cultural como na paisagem urbana que se modificou com o deslocamento populacional de ribeirinhos para a sede do Município, embasaram as reflexões para aquisição de conhecimentos, atitudes e reflexos sobre essas novas territorialidades. Essa territorialidade subjetiva amazônica foi categoria de análise, é o que Milton Santos (2006) declara como “território usado” que só tem sentido com a inclusão das construções econômicas, políticas, sociais e culturais. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2006, p. 15).

*XI SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Desenvolvimento Regional  
em tempos de emergência climática: desafios e oportunidades*

ISSN 2447-4622

2023

XI Seminário Internacional sobre  
**Desenvolvimento regional**

Desenvolvimento Regional  
em tempos de emergência  
climática: desafios e  
oportunidades



Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil  
Dias 13, 14 e 15 de setembro de 2023  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
Universidade de Santa Cruz do Sul

REALIZAÇÃO:  
Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento  
Regional

UNISC

PARCERIA:  
UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CRUZ DO SUL

PATROCÍNIO:  
CAPES

No que tange às territorialidades amazônicas, desde o período colonial, a relação entre os colonizadores e a sociedade local sempre foi conflituosa. As decisões sobre o que fazer e como fazer com a Amazônia sempre foram conflituosas. As tomadas de decisões partiam da metrópole, gerando as chamadas guerras justas contra os índios, escravidão indígena e etnocídio. A partir da segunda metade do século XX, a Amazônia entra na pauta nacional de desenvolvimento, quando os gestores públicos passaram a incorporar a ideia da necessidade de desenvolvimento regional para a região.

### **Marco Regulatório e os *Royalties***

Para entender o acesso dos recursos oriundos dos *Royalties*, faz-se necessário entender como se constituiu a Lei do Petróleo no Brasil. Esta Lei apresenta graves distorções na distribuição dos *royalties*. A concentração de boa parte desses recursos nos estados e municípios produtores de petróleo gera desequilíbrio na repartição da receita tributária entre os entes federativos, especialmente os não produtores. Dessa forma, a partir das descobertas do pré-sal em 2009, entra na pauta de discussão no Congresso nacional o novo marco regulatório.

Uma questão central que vem à tona com a discussão do marco regulatório é que os municípios mais dependentes das rendas petrolíferas foram também os que apresentam resultados desfavoráveis em termos de indicadores socioeconômicos. Observa-se, inclusive, situações de retrocesso no desempenho de tais indicadores. Coari é um bom exemplo para ilustrar estes retrocessos.

A Lei do Petróleo de 1997 não especifica as áreas nas quais os *royalties* deveriam ser investidos, uma fonte primária da baixa eficiência na alocação das rendas geradas com o petróleo. Existe uma ausência de discricionariedade da lei, além da fraca fiscalização das contas públicas no País, dando margem para que os governos estaduais e municipais utilizassem as receitas obtidas com os *royalties* do petróleo em finalidades diversas – como na quitação das dívidas, nas despesas com servidores públicos, em aplicações financeiras etc. –, não realizando investimentos na formação de capital físico e social (tecnologia, infraestrutura, educação, saúde, seguridade e assistência social etc.). A Lei do Petróleo de 1997 apresentava duas principais deficiências:

Diante dessas incongruências e pressionado para que se iniciasse a exploração do pré-sal, o Governo Lula, no dia 31 de agosto de 2009, apresentou ao público, oficialmente, os quatro projetos de lei da sua proposta de definição do novo marco regulatório do petróleo.

No primeiro dos quatro projetos são estabelecidas regras que determinam a forma de exploração e produção dos recursos de hidrocarbonetos e gás natural, acentuando como

**2023****XI Seminário Internacional sobre  
Desenvolvimento regional****Desenvolvimento Regional  
em tempos de emergência  
climática: desafios e  
oportunidades**Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil  
Dias 13, 14 e 15 de setembro de 2023  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
Universidade de Santa Cruz do SulREALIZAÇÃO:  
Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento  
RegionalUNISCPARCERIA:  
UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CRUZ DO SULPATROCÍNIO:  
CAPES

principal inovação em relação à legislação anterior a introdução do regime de partilha de produção, em substituição ao sistema de concessão e distribuição de *royalties* e participações especiais estabelecidos na Lei nº 9.478. Ao contrário do regime de concessão, que funcionava por meio da concessão total do óleo à empresa contratada (subtraindo o bônus de assinatura, os *royalties*, a participação especial e o pagamento por ocupação e retenção de área), a partilha da produção permite que a União se aproprie de uma parcela referente a todo o óleo extraído, mais o bônus de assinatura, cabendo à empresa contratada apenas os custos de produção e o excedente da produção. Dessa forma, aponta-se, nesse projeto, para o fim dos *royalties* e as participações especiais como únicas fontes de receita do governo, já que este passará a ter sua parcela composta pelo regime de partilha. Cabe ainda ressaltar que a redistribuição será feita é realizada através de unidades de barris de petróleo, e não por meio do pagamento em moeda nacional, como era estabelecido pelas leis de 1953 e 1997. Estabelece em seus artigos 49 e 50 que, enquanto não houver uma legislação específica quanto às normas do regime de partilha, permanece valendo a legislação anterior. Mesmo no sistema de partilha de produção, os bônus de assinatura e os *royalties* permanecem como receitas governamentais no novo regime de partilha de produção, que têm suas inclusões vedadas no cálculo de custo em óleo pelo contratado, nos contratos de partilha estabelecidos.

Esse Projeto de Lei amplia o papel do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE. Observa-se, nesse sentido, que o inciso I do Art. 9º, ao estabelecer que a contratação dos blocos sob o regime de partilha de produção seja definida “observando-se a política energética, o desenvolvimento e a capacidade da indústria nacional para o fornecimento de bens e serviços”, confere à CNPE a responsabilidade pela administração dos blocos no sentido de indicar quais devem ser objetos de leilão. Cabe também ao CNPE organizar e administrar a política de comercialização do petróleo destinado à União.

O segundo projeto estabelecia que a União pudesse conceder diretamente à Petrobras, dispensada a licitação, o direito à operação, pesquisa, exploração e produção nos blocos da camada do pré-sal, em confronto com a lei anterior, que havia previsto a quebra do monopólio da empresa nacional e a livre concorrência entre as empresas do ramo. A preocupação era manter sob controle da União a exploração da riqueza do pré-sal. A proposta da criação da empresa Petro-Sal (terceiro projeto apresentado pelo governo) vai nessa mesma direção. A ideia é que, por meio dessa empresa, a União mantenha em suas mãos o controle sobre a gestão dos contratos de partilha de produção.

O quarto projeto apresentado refere-se à criação do Fundo Social - FS, com o objetivo de institucionalizar um fundo para a realização de projetos e programas nas áreas de combate

**2023****XI Seminário Internacional sobre  
Desenvolvimento regional****Desenvolvimento Regional  
em tempos de emergência  
climática: desafios e  
oportunidades**Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil  
Dias 13, 14 e 15 de setembro de 2023  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
Universidade de Santa Cruz do SulREALIZAÇÃO:  
Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento  
RegionalUNISCPARCERIA:  
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SULPATROCÍNIO:  
CAPES

à pobreza e desenvolvimento da educação, cultura, ciência e tecnologia e sustentabilidade ambiental. Nota-se que a criação do FS significaria também uma ampliação do alcance do Estado sobre a renda gerada com a exploração de petróleo e gás natural, além de outorgar ao Estado o destino desses recursos.

Com a aprovação, em junho de 2010, estes quatro projetos de Lei restringiam bastante a possibilidade de aproveitamento do potencial econômico e social dos recursos advindos da exploração do petróleo encontrado na camada pré-sal, na medida em que colocava nas mãos da União a maior parte do processo exploratório e aumentava consideravelmente a concentração das rendas do petróleo nos estados/municípios produtores. Em 2013, a então presidenta Dilma Rousseff (PT) sancionou a lei que destina 50% desse fundo, além de 75% dos *royalties*, à Educação, enquanto os outros 25% dos *royalties* são remetidos à saúde. Com a pressão de lobistas de empresas internacionais para que se alterasse a legislação aprovada, que se baseava na partilha e, ao mesmo tempo, passando por uma crise política de aceitação no congresso nacional, inicia, em dezembro de 2015, o processo de *impeachment* da presidente Dilma, fortemente influenciado pela atitude da presidente que não abria mão do modelo de partilha de exploração pré-sal.

Logo após o *impeachment* da presidente Dilma, em agosto de 2016, toma posse o vice-presidente Michel Temer, em ambiente de bastante instabilidade política. Durante o processo de votação do *impeachment*, o senador José Serra (PSDB-SP) apresenta, em junho de 2016, o Projeto de Lei (PL) 3178/19, que prevê duas alterações no modelo de exploração do pré-sal. A primeira abre a possibilidade de concessão dos campos à iniciativa privada, alterando o regime de partilha, e a segunda retira a preferência da Petrobras em impor sua participação nos consórcios vencedores dos próximos leilões do pré-sal.

O projeto prevê ainda impactar sobre os valores a serem destinados à União por meio do FS, que passou a ser dividido da seguinte forma: 30% dos recursos arrecadados pela União com o pré-sal vão para o Fundo Social; 30%, para os Fundos de Participação dos Estados - FPE e de Participação dos Municípios - FPM; 20%, para a União, que deve empregá-los em saúde e educação; e 20% para o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento da Produção - Brasduto. Antes dessa iniciativa, Serra já havia conseguido flexibilizar a Lei da Partilha. Com o PLS 131/2015, aprovado no início de 2016, a Petrobras deixou de ser a operadora única das atividades do pré-sal. Com isso, os royalties ficaram comprometidos, já que eles são calculados a partir da dedução dos custos de produção. Como a Petrobras tem o menor custo de extração do petróleo nas áreas do pré-sal, em média 7 dólares por barril, os recursos destinados à saúde e educação diminuirão nos

2023

XI Seminário Internacional sobre  
**Desenvolvimento regional**

Desenvolvimento Regional  
em tempos de emergência  
climática: desafios e  
oportunidades



Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil  
Dias 13, 14 e 15 de setembro de 2023  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
Universidade de Santa Cruz do Sul

REALIZAÇÃO:  
Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento  
Regional

UNISC

PARCERIA:  
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PATROCÍNIO:  
CAPES

próximos anos.

Apesar de forte pressão dos partidos de oposição, lei que voltava ao antigo regime de concessão, foi sancionada sem vetos pela Presidência da República e publicada no Diário Oficial da União no dia 30/11/2016, Lei 13.365/2016, que revogava a obrigatoriedade da participação da Petrobras na exploração do petróleo da camada pré-sal.

A lei tramitou em regime de urgência. Na lei anterior, de 2010, a Petrobras atuava como operadora única dos campos do pré-sal, com uma participação de, pelo menos, 30%, além de ser a empresa responsável pela condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção. De acordo com a nova lei, caberá ao CNPE oferecer à Petrobras a exploração mínima de 30% em cada campo, e a empresa se manifestará se aceita ou não a responsabilidade.

O argumento principal para que se voltasse ao regime de concessão era que a Petrobras não poderia mais arcar financeiramente e tecnologicamente com os investimentos, muito em virtude das dificuldades financeiras da empresa, com uma dívida de R\$ 500 bilhões, naquele momento. Atualmente, a política interna da Petrobras é a privatização total de diversos setores com vendas de ativos, a chamada privatização gradativa e fracionada. A empresa já se desfez de 63% da BR Distribuidora e anunciou que pretendia vender oito refinarias até 2021.

### **As alterações territoriais decorrentes da exploração petrolífera em Coari**

O Município de Coari era agroextrativista e, mesmo com a chegada da indústria do petrolífera, a partir da década de 1990, não perdeu seus elementos culturais, sociais e biogeográficos tradicionais que permanecem vivos no seu território, como as técnicas do uso do solo com uso intensivo da mão de obra familiar, quase sempre alicerçada no baixo impacto ambiental, técnicas de captura de animais silvestres, períodos apropriados para pesca de determinadas espécies de peixe, técnicas de fabricação e uso de canoas. Muitas das casas, tanto rurais quanto urbanas, são construídas com material vegetal e o uso da rede como equipamento básico para os descansos noturnos. Além da forte ligação com as vazantes e cheias dos rios que fazem surgir a várzea amazônica, onde se pesca e se caça e se produz alguns produtos agrícolas para o consumo familiar e, esporadicamente, os excedentes são comercializados nas feiras e mercados. Um fator quase místico muito presente na relação do rural e urbano em Coari é a relação das pessoas com o rio, como cita Tocantins (1988):

Essa relação que hibridiza rural e urbano e suas implicações na reconfiguração territorial a partir da implantação da indústria petrolífera no Município de Coari/AM foi o que deu origem e motivou a elaboração desta pesquisa. Já existem algumas teses sobre a exploração

**2023****XI Seminário Internacional sobre  
Desenvolvimento regional****Desenvolvimento Regional  
em tempos de emergência  
climática: desafios e  
oportunidades**Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil  
Dias 13, 14 e 15 de setembro de 2023  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
Universidade de Santa Cruz do SulREALIZAÇÃO:  
**UNISC**PARCERIA:  
PATROCÍNIO:  

petrolífera em Coari. Algumas usam os princípios da sustentabilidade ambiental, outras buscam explicar as consequências econômicas e sociais do acesso aos recursos dos *royalties* do petróleo. Há também as de cunho antropológico, apresentando as alterações dos hábitos do ribeirinho em Coari, bem como sua invisibilidade após o início da exploração petrolífera, além de um estudo sobre o direito ao acesso aos *royalties*. Para analisar e compreender a reconfiguração territorial a partir da exploração petrolífera, investigou-se alguns paradigmas históricos do capitalismo na Amazônia, desde o período colonial até o estabelecimento da indústria petrolífera como um enclave econômico no Município; averiguou-se como a indústria petrolífera afetou a constituição territorial e quais as variações espaciais que ocorreram no Município de Coari/AM, analisando reconfigurações territoriais que transcorreram para confirmar a hipótese de uma tipologia territorial que funde o rural e o urbano em redes que se entrelaçam na cultura, no território e nas relações sociais.

Na população rural existem aqueles que vivem nas terras de várzea e os que moram em terra firme, com atividades de sobrevivência bem diferentes. Enquanto os de terra firme sobrevivem das atividades de pesca e caça, que são praticadas apenas para o consumo familiar, com uma ênfase para fins econômicos das atividades de extrativismo e agricultura, os ribeirinhos de várzea praticam a caça e o extrativismo de forma esporádica. O que garante, economicamente, sua existência são as atividades voltadas, sobretudo, para a pesca e a pequena produção agrícola. Como habitam as margens dos rios em terras mais férteis que a terra firme e conhecem o seu território com riqueza de detalhes, acessam os lagos, furos e paranás que têm uma grande variedade de peixes, portanto, similares a muitos grupos sociais ribeirinhos que habitam as terras de várzea, com sua familiaridade direta entre rios, várzea e floresta (PEREIRA, 2016).

No caso de Coari, que fica a 463 km de Manaus em linha reta, existem centenas dessas pequenas comunidades entre estes municípios. Um aspecto marcante na realidade social do Município de Coari é a relação entre os grupos sociais de ribeirinhos, moradores urbanos da sede e os representantes do poder público municipal.

Neste modelo de repasses de *royalties* do petróleo para Coari, nota-se claramente uma repetição de erros históricos dos projetos de desenvolvimento da Amazônia, que sempre tiveram uma preocupação de alcançar maior coesão econômica e social, mas, no entanto, nunca ou quase nunca reconhecem as heterogeneidades inter-regionais ou as escalas microrregionais a fim de orientarem ações prioritárias. Dessa forma, apesar de ter acesso aos recursos financeiros, o Município de Coari, apresenta indicadores sociais e econômicos muito similares aos outros municípios do Amazonas.



## A alteração sócio espacial após os recursos da atividade petrolífera

Um dos elementos mais instigantes ao estudar o Município de Coari é a influência que o dinheiro gerou nas estratégias de desenvolvimento regional. Entendendo o território como “território usado” (Santos, 1988), o lugar onde as pessoas residem, trabalham e estudam, o dinheiro aparece como categoria importante, sendo que o escambo, que é uma relação muito presente na Amazônia, já não responde às necessidades econômicas de determinada região. Com a chegada dos recursos dos *royalties* do petróleo, ocorreu a ampliação das trocas comerciais, e o dinheiro passou a ser um elemento importante, aparecendo como regulador das trocas comerciais. Assim, aos poucos, foi ganhando status de fim em si mesmo, deixando de lado o papel de troca, substituído pelo papel de uso.

Apresenta-se, na Tabela 01, as informações sobre os recursos financeiros dos *royalties* do petróleo repassados pela Petrobras ao Município de Coari desde o ano de 1994 a 2009 (15 anos). O propósito é apresentar como o acesso aos recursos financeiros alterou a territorialidade deste Município.

**Tabela 01:** Arrecadação de *royalties* (1994 a 2005)

Arrecadação anual líquida de <i>Royalties</i> repassada ao Município de Coari/AM (em R\$ 1,00)					
1994	1995	1996	1997	1998	1999
871.188,52	1.428.708,77	3.454.154,58	7.146.859,54	8.300.927,64	6.460.919,74
2000	2001	2002	2003	2004	2005
15.449.356,06	19.143.801,10	22.405.387,67	29.018.847,10	37.547.252,94	46.608.715,17
2006	2007	2008	2009		
101.699.754,06	90.346.421,24	119.062.397,88	91.015.059,52		

Fonte: ANP, (2021)

A primeira grande alteração no território foi a migração de ribeirinhos das comunidades próximas para a sede do Município. Coari sai de uma população de 38.678 habitantes, em 1991, para 67.096 habitantes em 2000, apresentando um crescimento populacional muito superior à média nacional brasileira registrada no mesmo período. Conforme dados referentes ao ano de 2010, o censo demográfico oficial indica que a população do Município de Coari contava com 75.965 habitantes, contingente distribuído em 49.651 residentes na zona urbana e 26.314, na zona rural. Em termos percentuais, isso representa 65% dos que residem no perímetro urbano e 35% dos que vivem em zonas rurais da cidade (IBGE, 2010). A sede municipal tem a maior concentração populacional, podendo, com isso, ser considerada uma relação híbrida entre o rural e o urbano. No caso de Coari, as análises espaciais de rural e urbano se entrecruzam, fortemente influenciadas pelo acesso aos recursos financeiros dos *royalties* do petróleo.

**Tabela 02:** População residente por situação de domicílio

Município	Situação do domicílio	Ano					2020 (aprox.)
		1970	1980	1991	2000	2010	
	Total	27.636	42.609	38.678	67.096	75.965	85.097
Coari/AM	Urbana	8.878	14.805	21.081	39.504	49.651	
	Rural	18.758	27.804	17.597	27.592	26.314	

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2020

A infraestrutura do Município de Coari, desde o ano de 1996, resulta dos abundantes recursos obtidos por meio do repasse dos royalties do petróleo, sendo que 83,4% das receitas são oriundas de fontes externas. Em 2015, a renda mensal média do Município era de 3,4 salários mínimos, representando a maior renda média dos municípios do Estado do Amazonas. Na última pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2018, o salário médio mensal era de 2,9 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 9,6%. Na comparação com os outros municípios do Estado, ocupava as seguintes posições: 3º lugar entre os 62 municípios do Amazonas. Entre os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 48,9% da população nessas condições, o que o colocava na posição 48 entre os 62 municípios do Estado.

Com a chegada dos recursos dos *royalties* do petróleo, a expectativa era que aumentasse a oferta de empregos formais e informais e que, no geral, as condições sociais se transformassem. No entanto, isso não se concretizou e, por outro lado, ampliou a acumulação de renda. Os indicadores de pobreza são elevados, o Índice Gini apresenta concentração de renda, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, o analfabetismo e o Índice de Desenvolvimento para Educação Básica - IDEB pouco foram alterados, se comparados com os indicadores do Estado do Amazonas. A taxa de mortalidade infantil na cidade, em 2019, era de 16,49 para mil nascidos vivos, ficando na posição 42º dos 62 municípios do Estado do Amazonas (IBGE, 2010).

### **Mercado de trabalho, emprego e renda em Coari**

Segundo Soler (2009), com a chegada da indústria petrolífera e dos repasses de royalties direto aos cofres da prefeitura de Coari, esta passou a ser a maior geradora de emprego e renda. Considerando que a população, em 2005, era de 84.309 habitantes e a Prefeitura tinha 7.000 servidores, constata-se que ela empregava 8,5% dos munícipes. Desse total, apenas 473 haviam ingressado por meio de concurso público, ou seja, mais de 6.000 servidores não possuíam estabilidade em seu trabalho (Soler, 2009, p. 5).

**2023****XI Seminário Internacional sobre  
Desenvolvimento regional****Desenvolvimento Regional  
em tempos de emergência  
climática: desafios e  
oportunidades**Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil  
Dias 13, 14 e 15 de setembro de 2023  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
Universidade de Santa Cruz do SulREALIZAÇÃO:  
**UNISC**  
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SULPARCERIA:  
PATROCÍNIO:  

Segundo Haoxovell de Lira (2013), a conjuntura política local se apresenta com uma maioria da população despolitizada, carente de mobilização social e de busca por melhorias de bens, serviços e outros ganhos coletivos. Por conta disso, mantém-se um ciclo vicioso de politicagem, assistencialismo, atos de caridade e benemerência, que se retroalimenta a partir da relação sociedade e representantes políticos, de modo a perpetuar as relações de dominação, de exclusão social e de insustentabilidade em diversos níveis.

A prática do “apadrinhamento” é muito comum em Coari (quase generalizada), caracterizando-se pela “doação”, por representantes dos poderes executivo e legislativo municipal, de cestas básicas de alimentação, kit gás, passagens de barco e até de avião por algumas empresas com as quais a prefeitura possui convênio, ou mesmo dinheiro em espécie. Além desses artifícios, há, sobretudo, a oferta de emprego (sem concurso público, inclusive deixando os servidores, às vezes, à disposição), ou seja, eles ficam à disposição de determinado político, o que, na verdade, representa “ficar em casa sem trabalhar” e recebendo os vencimentos normalmente, como se estivesse na ativa. Vale ainda referir, com base em Lira (2013), que nas instituições vinculadas à prefeitura de Coari há grupos de pessoas que trocam votos por favores.

Essa dependência de emprego via Prefeitura torna este ente público o maior empregador, o qual usa deste poder econômico em benefício político. Para citar como isto acontece na prática, vale elucidar que o atual prefeito (2019) é filho de um ex-prefeito, o qual já havia sido eleito por três mandatos, ou seja, criou-se uma oligarquia política no município.

O fato das finanças públicas municipais serem dependentes das receitas do petróleo, em especial, dos royalties, demonstra a tendência de se manterem como economias rentistas. Nesse contexto, a oscilação no preço e na produção do petróleo implica instabilidade orçamentária, o que consiste em uma ameaça ao crescimento e ao desenvolvimento. A perda dessas receitas devido à queda dos preços da *commodity* é uma restrição do mercado desta matéria-prima (Santana, 2017, p. 167).

O município de Coari tem em torno de 60% das atividades econômicas concentradas no setor de serviços, ficando o restante para as atividades agropecuárias e industriais. Essa concentração se explica principalmente em virtude do enclave econômico que se tornou a prefeitura, graças aos recursos financeiros dos *royalties*. Em 2010, do total das pessoas ocupadas com 18 anos ou mais, 33,63% trabalhavam no setor agropecuário; apenas 1,74% no setor da indústria extrativa; 3,04% na indústria de transformação; 4,58% no setor de construção; 1,58% nos setores de utilidade pública; 11,41% no comércio; e 38,92% no setor de serviços, demonstrando claramente a dependência dos empregos gerados no setor

**2023****XI Seminário Internacional sobre  
Desenvolvimento regional****Desenvolvimento Regional  
em tempos de emergência  
climática: desafios e  
oportunidades**Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil  
Dias 13, 14 e 15 de setembro de 2023  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
Universidade de Santa Cruz do SulREALIZAÇÃO:  
Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento  
RegionalUNISCPARCERIA:  
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SULPATROCÍNIO:  
CAPES

urbano, com serviços voltados para atender a sede do município. Com o aumento populacional, as demandas sociais por educação, moradia e saúde se tornaram urgentes. Apesar dos investimentos nesta área, ainda não atende a ampla maioria da população. Esse processo de urbanização acelerada trouxe consigo alguns elementos interessantes na relação das alterações socio espaciais na sede do município, que serão abordados a seguir.

### **Abastecimento de água e saneamento básico**

Com o aumento populacional, o acesso a moradia, água e saneamento básico se fazem urgente no município. Em Coari o abastecimento de água é operacionalizado e administrado pela Companhia de Água, Esgoto e Saneamento Básico de Coari - CAESC, Autarquia Municipal. De acordo com o IBGE (2011), em 2010, 26,8% dos domicílios tinham acesso à rede de água geral e 41,1% possuíam formas de esgotamento sanitário considerado adequado. A secretaria de Obras da Prefeitura de Coari, durante a pesquisa de campo, informou que somente alguns bairros possuem esgotamento sanitário como, por exemplo, Urucu, União e Chagas Aguiar, embora funcionando de forma precária, com canos expostos. Outros, como o Bairro Liberdade, não possuem tubulação que propicie o esgotamento sanitário, escoando diretamente nos quintais ou igarapés. No entanto, a rede de esgoto existente em Coari não possui saída para a estação de tratamento, mas sim uma saída para os igarapés da cidade. Oliveira (2012), em sua pesquisa realizada no município de Coari, afirma que, com relação ao esgotamento sanitário das águas servidas e banheiros, dados revelaram que 73% dos domicílios pesquisados lançam o esgoto direto no canal, 23% apresenta sistema de esgoto canalizado, apesar de se tratar de um sistema ineficiente. Em 4% das unidades habitacionais existem fossas negras, indicando que em alguns pontos da bacia, ocorre contaminação por fezes e águas servidas.

Segundo o censo demográfico realizado pelo IBGE (2010), a respeito dos domicílios em áreas urbanas por existência de banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento sanitário, a realidade desse serviço apresenta um índice baixo em relação à população existente.

O município possui um aterro sanitário que foi inaugurado em 2007 e que ainda não está em operação por não possuir a licença ambiental e que, provavelmente, não vai funcionar, pois fica muito próximo do aeroporto. “[...] orçado em R\$ 1,5 milhões, encontra-se inoperante e ocupa uma área de 25 hectares” (Mota, 2014, p.111). Dessa forma, o lixo continua sendo jogado no lixão que fica a 500 metros do aterro sanitário; um verdadeiro desperdício dos recursos público.

Segundo Situba, (2017) em sua dissertação de mestrado, “Entre ruas, calçadas, praças, praias, mercados, feiras e jardins: A limpeza urbana de espaços e logradouros públicos de

**2023****XI Seminário Internacional sobre  
Desenvolvimento regional****Desenvolvimento Regional  
em tempos de emergência  
climática: desafios e  
oportunidades**Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil  
Dias 13, 14 e 15 de setembro de 2023  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
Universidade de Santa Cruz do SulREALIZAÇÃO:Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento  
RegionalUNISCPARCERIA:SECRETARIA DE  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONALPATROCÍNIO:CAPES

Tefé e Coari — Amazonas”, realiza uma análise pormenorizada da questão da limpeza pública em Coari. Assim como a maioria dos municípios do Amazonas, Coari põe toda a efetividade da ação de limpeza pública na gestão municipal, existindo poucas organizações da sociedade local que participem da coleta de resíduos sólidos, somente uma associação. A municipalidade tenta realizar a coleta e limpeza, no entanto, Coari é uma cidade que aumentou sua população nos últimos 15 anos, muitos moravam nas comunidades onde a limpeza, a coleta de lixo não existe e a convivência com outras pessoas em um espaço restrito é algo de muito novo e problemático. Dessa forma, os espaços públicos se encontram em más condições de uso no que tange à limpeza e à infraestrutura (raros são arborizados); a limpeza urbana carece de investimentos, mas no caso de Coari precisam ser distribuídos de forma equitativa.

### **A mobilidade urbana em Coari**

Com urbanização acelerada a partir da década de 1970, a frota de veículos no Amazonas, no comparativo do período entre 1991 até 2000 cresceu 35,9%. Já entre os anos de 2000 e 2010 o crescimento foi de 187,9% (Ambev, 2014) dessa forma, com o crescimento do ano de 2001 a 2012 ocorreu um aumento de 217% no número de veículos no Amazonas, sendo, 500% foram de motocicletas.

A motocicleta tornou-se um dos principais impulsionadores para o aumento da frota de veículos no Amazonas. Isto se deve ao baixo custo de aquisição, manutenção, comodidade em realizar viagens de porta-porta, facilidade de estacionar, baixo consumo de combustível. Como não existem estradas que liguem o município de Coari a outros municípios, a motocicleta é usada especialmente no perímetro urbano. Possuir uma motocicleta em Coari representa status social e um novo estilo de vida.

Conforme Leite (2013, p.14), o que chama a atenção é a inserção da motocicleta na vida cotidiana dessa população. No caso das cidades do interior do Amazonas a motocicleta tornou-se um sonho de consumo: além de facilitar a mobilidade (não existem linhas de ônibus nelas), é sobre a motocicleta que as pessoas conversam no trânsito, como se estivessem em uma caminhada, vão para o trabalho, fazem compras; ele é também um item necessário para o flerte.

Em Coari existe somente uma ciclovia que dá acesso ao aeroporto. As ruas e avenidas de Coari quase todas não possuem calçadas, obrigando o pedestre a andar no meio da rua se desviando de carros e motos. A maioria da população não segue as indicações das regras de trânsito.

Assim como a maioria das cidades do interior do Amazonas, Coari não tem transporte

**2023****XI Seminário Internacional sobre  
Desenvolvimento regional****Desenvolvimento Regional  
em tempos de emergência  
climática: desafios e  
oportunidades**Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil  
Dias 13, 14 e 15 de setembro de 2023  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
Universidade de Santa Cruz do SulREALIZAÇÃO:  
Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento  
Regional

UNISC

PARCERIA:  
GOVERNOS  
ESTADUAISPATROCÍNIO:  
CAPES

público coletivo, contribuindo para a existência do serviço de moto táxi, sendo que a grande maioria dos moto taxistas não possuem a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e nem equipamentos de segurança, (o uso de capacete é raríssimo), muitos são filiados a cooperativas que são cadastradas na Prefeitura. O único transporte coletivo particular de Coari é o serviço de microônibus, exclusivo para os estudantes do Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Amazonas (IFAM), que circulavam em horários predefinidos: 6h30, 12h, 13h e 17h.

Segundo dados do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN, 2016) no que se refere à quantidade de veículos para cada 10 habitantes, de um total de 1,2 veículos/10 habitantes, somente a motocicleta representa 1,1. A maior parte dos veículos emplacados em Coari é de motocicletas. Como a cidade possui muitos aclives e declives nas áreas adjacentes ao igarapé do Espírito Santo, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), da escola da Polícia Militar, do cemitério e, ao lado da Diocese, na área central de Coari, nota-se claramente uma preferência por veículos motorizados (93,1%), enquanto 6,9% é por não motorizados (SILVA, 2016. p. 65).

#### **A questão da alteração das moradias em Coari: cidade flutuante e terra firme**

O rio comanda a vida na Amazônia e em Coari não poderia ser diferente. Na orla da cidade existem centenas de casas flutuantes. A residência sobre o rio é característica específica da Amazônia. Segundo Oliveira (2008), a hidrografia na Amazônia influencia de certo modo a morfologia da cidade, configurando o hibridismo urbano e rural, defendido nessa pesquisa sobre as alterações territoriais em Coari, apesar de legalmente toda orla dos rios pertencerem à União Federal<sup>16</sup>, a ocupação destas áreas é feita sem nenhum controle de política pública.

Com a chegada das empresas contratadas pela Petrobras para construção do terminal Petrolífero e do gasoduto Coari Coari/Manaus, surgiu a possibilidade de empregabilidade, que teve como consequência e ocorreu a explosão demográfica na cidade, e um dos locais procurados para construção de habitação foi ao longo dos rios que margeiam a cidade, onde qualquer pessoa ou família podia chegar mesmo sem pedir permissão. Conforme Tiago (2014, p.34) “é como se as águas correntes dos rios trouxessem as pessoas, e as pessoas se deixassem ser levadas. Coari serve como cenário desse tipo de moradia onde a vida acontece naturalmente”. Essas casas flutuantes da Amazônia, são um verdadeiro exemplo de uma modernidade líquida do Baumann, elas não necessitam de documentos de posse ou propriedade por se tratar de um “espaço líquido”, considerado um espaço público e sem dono, então quem comprou ou construiu sua casa flutuante são os verdadeiros donos. Quando se

**2023****XI Seminário Internacional sobre  
Desenvolvimento regional****Desenvolvimento Regional  
em tempos de emergência  
climática: desafios e  
oportunidades**Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil  
Dias 13, 14 e 15 de setembro de 2023  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
Universidade de Santa Cruz do SulREALIZAÇÃO:Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento  
RegionalUNISCPARCERIA:SECRETARIA DE  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONALPATROCÍNIO:UNISC  
CAPES

chega à cidade de Coari por via fluvial, logo se observam várias casas na entrada do Lago de Coari, iniciando no bairro conhecido como Pera indo até o bairro Nazaré Pinheiro, conforme figura.

Segundo levantamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura da Zona Rural de Coari, efetuado no mês de Maio de 2013, existiam em torno de 132 unidades domésticas flutuantes, sem contar com os flutuantes comerciais. Vale ressaltar que as casas são móveis e dependem das vazantes e cheias do Rio Solimões. Durante as cheias que inundam as várzeas, ficam em determinado local, quando chega a vazante necessitam de rebocadores para movimentar as casas para próximo das águas dos rios. O custo dessa movimentação é alto para famílias pobres e de baixo poder aquisitivo, ficando às vezes nas próprias várzeas.

As casas estão aglomeradas na orla e ficam a uma distância de 3 metros entre casas, quase sempre são parentes que moram próximo e que vieram de alguma comunidade rural. São casas com características bem regionais e muito similares as casas de terra firme, feitas de madeiras diversas, sendo cada espécie apropriada para um diferente tipo arquitetura, a Piranha é apropriada para fazer as vigas, que servem como as colunas de uma casa de alvenaria. A madeira assacu é usada para a flutuação da casa, servindo como boia. O gitó serve para as paredes, e o assoalho. A estrutura da casa tem uma base de suporte submersa chamada poita, um tipo de ancora. As boias são amarradas com cabos de aço ou cordas grossas, geralmente, quando está na época da seca ou vazante do rio, ficam bem fixas dando estabilidade à residência. Como a maioria das casas é feita de madeira, a deterioração ocorre rapidamente e a cada dois ou três anos se faz uma reforma estrutural na casa, trocando as madeiras.

Outro fator interessante, aqui de cunho existencial, a convivência com as águas desde a tenra idade, gera uma ligação das pessoas com o rio. Crianças de 5 ou 6 anos já sabem nadar, as que não sabem os pais cuidam pra que não saiam de casa, dessa forma, realmente, o rio comanda a vida.

Além de servir como residência, as casas flutuantes são pontos comerciais onde vendem de tudo que se tira da floresta e dos rios, castanhas, açaí e outros frutos regionais, peixe, além de comercializar diversos tipos de serviços para as embarcações como oficinas fluviais, posto de gasolina, fábrica de gelo, frigorífico e até bares, que funcionam com música ao vivo, especialmente nos finais de semana.

As casas flutuantes são uma forma onde a territorialidade se manifesta através do controle sobre o ambiente, existindo as interações homem/natureza, marcando uma forma de



“cidadania”, na qual o espaço e a identidade das pessoas se misturam, apesar das dificuldades das cheias e vazantes, das correntezas dos rios, do deslocamento entre as residências. Esse modelo de moradia, edifica uma tipificação de cidade na floresta, segundo Trindade (2013) onde o espaço ambiental e cultural do seu ocupante, fazem parte da identidade do sujeito amazônico.

**Figuras 1 e 2:** Casas flutuantes na vazante e na cheia



**Fonte:** Pesquisa de campo, (2021)

Historicamente, o surgimento das cidades foi o local onde as pessoas experienciaram a condição de moradores, vizinhos, inaugurando um sentido de comunidade, um sentimento de pertencimento político e cultural a uma mesma coletividade, que se vivifica também como um lugar de construção de histórias e memórias. No caso da cidade flutuante de Coari, apesar do aparente caos espacial pela falta de um planejamento na distribuição e na organização das moradias, os moradores têm um conhecimento prático de cada propriedade e dispõem de marcadores personalizados, como cercas, vasos com plantas ou até cordas delimitadoras

O uso deste espaço nas margens dos rios na Amazônia representa uma alternativa para a população menos favorecida economicamente, ao mesmo tempo, é um lugar de contemplação da natureza, no entanto, nota-se um distanciamento dos direitos de cidadania, uma vez que os poderes públicos os consideram invisíveis e não atendem suas necessidades básicas de coleta de lixo, acesso à energia elétrica, acesso à saúde, etc. Mantém-se a visão de urbe tradicional, de grandes espaços de edifícios de aço, vidro, luz, néon e impessoalidades, essa visão de cidades, que tudo englobam, atingindo inexoravelmente a tudo e a todos, narcisista, subjugando seus próprios horizontes, ainda está presente nas políticas públicas estaduais, municipais e federais. A população que reside sobre as águas não tem acesso ao mínimo de dignidade, como oportunidades de emprego e renda, moradia, saúde, educação com consequente baixa qualidade de vida.

Além dos moradores dos flutuantes existem os moradores de terra firme que não convivem com a poluição das águas, têm acesso aos serviços de coleta de lixo, acesso a água tratada e energia elétrica. Como já foi exposto ao longo deste artigo, o sistema de

2023

XI Seminário Internacional sobre  
**Desenvolvimento regional**

Desenvolvimento Regional  
em tempos de emergência  
climática: desafios e  
oportunidades



Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil  
Dias 13, 14 e 15 de setembro de 2023  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
Universidade de Santa Cruz do Sul

REALIZAÇÃO:

PARCERIA:

PATROCÍNIO:

saneamento básico ainda é muito carente na cidade de Coari, além do que, é possível encontrar uma dicotomia de desigualdade socio espacial, tendo em vista que o conceito de urbe do poder público se restringe aos moradores da terra firme, essa carência de assumir uma identidade urbana que leve em consideração os povos das águas se deve especialmente ao arrivismo social<sup>17</sup>, muito presente no modelo colonial e nas propostas de desenvolvimento regional para Amazônia.

Uma forte ligação com os valores identitários rurais ainda permanece viva na população de Coari: está nas técnicas de uso do solo, com uso intensivo da mão de obra familiar, quase sempre alicerçada no baixo impacto ambiental; nas técnicas de captura de animais silvestres, na escolha dos períodos apropriados para pescar determinadas espécies de peixe etc. Outro exemplo é que, apesar de ter incorporado à sua base alimentar produtos de outras culturas, ainda se consome bastante peixe, frutos da floresta e animais silvestres. Muitas pessoas ainda conhecem as técnicas de fabricação e de uso de canoas; muitas das casas, tanto rurais quanto urbanas, são construídas com material vegetal; e o uso de rede para dormir é comum entre as pessoas.

Outro fator preponderante é que o município de Coari passou a ter total dependência de capital externo, fortalecimento da cultura do apadrinhamento e grandes transformações no espaço vivido, a partir da chegada de empresas que construíram a infraestrutura da base petrolífera. Assim, foram alterados os fluxos constitutivos e comunicativos, com a construção do aeroporto, o aumento do número de embarcações entre Manaus e Coari, a implantação dos campi das universidades estadual e federal e do Instituto Federal. Ao mesmo tempo, notam-se claramente conflitos no espaço local a partir das alterações técnico-científicas, com intensa velocidade no *modus vivendi* da territorialidade local. A constituição e o fortalecimento de um enclave econômico que se baseia na exploração petrolífera contrastam com a fragilidade na constituição de um projeto sustentável de desenvolvimento regional.

### **Considerações finais**

As descobertas de riquezas oriundas da província de Urucu datam do ano de 1986. Desta se extrai um produto de elevada qualidade, leve e que flui associado à exploração do gás natural.

É incontestável a afirmação de que muitas mudanças ocorreram em Coari a partir do início do processo de exploração, mas se levarmos em consideração o volume e o valor dos recursos repassados ao município muito mais poderia ter sido implementado através de infraestrutura urbana em benefício da população (saúde, educação, bem-estar social e econômico).

**2023****XI Seminário Internacional sobre  
Desenvolvimento regional****Desenvolvimento Regional  
em tempos de emergência  
climática: desafios e  
oportunidades**Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil  
Dias 13, 14 e 15 de setembro de 2023  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
Universidade de Santa Cruz do SulREALIZAÇÃO:  
Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento  
Regional

UNISC

PARCERIA:  
UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CRUZ DO SULPATROCÍNIO:  
CAPES

Acerca da empregabilidade, observou-se um pico ao longo do período da implementação da infraestrutura dos gasodutos. Após, o que se vê é a prevalência de um mercado informal como alternativa para a população nativa ou migrante não absorvida pelo empreendimento.

Claro que além das externalidades positivas não podemos deixar de apontar as negativas que vem como consequência. Como destaque, o aumento populacional, o impacto ambiental, violência, desemprego estrutural e o consumo de drogas.

Ressaltamos que apesar das riquezas geradas ainda é presente a dependência da prefeitura no que tange à geração de emprego, retrato observado em outros municípios que não dispõem da exploração do petróleo e do gás e não recebem *Royalties*.

Por fim, destacamos a ausência de um plano de desenvolvimento regional que possa transpor uma política de planejamento de médio e longo prazo com foco na elevação do bem-estar social e melhoria dos indicadores de vulnerabilidade social e econômica municipal uma vez que as riquezas ora objeto da exploração no município são finitas e não-renováveis.

**Referências**

BESSA, K. diferenciação espacial como elemento próprio à natureza da geografia. mercator, v. 9, n. 20, p. 43-56, 2010.

BRASIL. Censo demográfico. IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>.

Acesso em: 20 mar 2023.

BRASIL. Censo Econômico. IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA 2016.

ESCOBAR, A. Encountering development: the making and unmaking of the third world. Princeton, Princeton university press, 1995.

GASPAROTTO, L.; PEREIRA, J. C. R.; PEREIRA, M. C. N. et al. Controle químico da Sigatoka negra da bananeira. I – Trifloxistrobin, Propiconazole e Difenconazole. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2000.

GAWORA, D. Urucu – impactos sociais, ecológicos e econômicos do projeto de petróleo e gás “Urucu” no Estado do Amazonas. Manaus: Valer, 2003.

\_\_\_\_\_. Relatório de Pesquisa de campo, 1998.

GÓES, A. Nunca mais Coari: a fuga dos juramaguas. 2016. Disponível em: [Coari.com.br](http://Coari.com.br)

HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2006

MARTINS, M.; SOGARI, M.; RUDNICKI, S. A regulamentação da atividade petrolífera no Brasil e os desafios colocados pelas descobertas de reservas de petróleo na camada pré-sal. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas; nº 3/2012.

MESQUITA, Z. Do território à consciência territorial. In: Mesquita, Z.; Brandão, C. R. (Org.). Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul/RS: Ed. UFRGS/Ed. da UNISC, 1995.

MOREIRA, R. Para onde vai o pensamento geográfico? por uma epistemologia crítica. Editora Contexto. 2010.

MOREIRA, R. O que é Geografia. Editora Brasiliense. 2017.

PEREIRA, R. Pela margem: ribeirinhos e transformações sociais na Amazônia. Tese de

2023

XI Seminário Internacional sobre  
**Desenvolvimento regional**

Desenvolvimento Regional  
em tempos de emergência  
climática: desafios e  
oportunidades



Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil  
Dias 13, 14 e 15 de setembro de 2023  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
Universidade de Santa Cruz do Sul

REALIZAÇÃO:  
Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento  
Regional

UNISC

PARCERIA:  
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

PATROCÍNIO:  
CAPES

Doutorado em Ciências sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP. 2016.

PIQUET, R.; TAVARES, E.; PESSÔA, J. Emprego no setor petrolífero: dinâmica econômica e trabalho no Norte Fluminense. Cadernos Metrópole. v. 19, n. 38, 201-224. 2017; Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/2236-9996.2017-3808>.

POSTALI, F. Efeitos da distribuição de royalties do petróleo sobre o crescimento dos municípios no Brasil: utilizando a lei do petróleo como um experimento natural. 4<sup>o</sup> PDPETRO, Campinas, SP, 21-24 de Outubro de 2007.

SANTANA, P. Dimensões espaciais de cidades amazonenses: do dinheiro do petróleo aos serviços públicos de educação. In: A. M. Neto, C. N. Castro, & C. A. Brandão, (Orgs.). Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. (pp.157-196). Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. 2017.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: A formação social como teoria e como método. Boliteim Paulista de Geografia, nº 54, jun.1977.

SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec. 1988.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço. Técnica e tempo, razão e emoção. Editora Hucitec, São Paulo, 1996.

SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. Território, Rio de Janeiro, n. 6, p. 5-20, jan./jun. 1999.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço. São Paulo: Hucitec/Edusp, [1996] 2006.

SAQUET, M.; SPOSITO, E. (organizadores). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. .1<sup>a</sup>.ed. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, São Paulo, SP, 2009.

SOLER, C. A cidade de Coari/AM e os reflexos da exploração de petróleo e gás natural pela Petrobrás. Papers do NAEA Nº 253. Belém-PA, 2009.

SPOSITO, E. S. (organizadores). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1<sup>a</sup>.ed. São Paulo: Expressão. 2009.

TOCANTINS, L. O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia. Record. Rio de Janeiro.1988.